

04

RESISTÊNCIAS INTERSECCIONAIS EM UM TERREIRO DE UMBANDA NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ

INTERSECTIONAL RESISTANCES IN AN AFRO-BRAZILIAN RELIGIOUS TEMPLE AT THE COUNTRYSIDE OF THE STATE OF CEARÁ, BRAZIL

Antonio Ailton de Sousa Lima

Mestre em Psicologia (UFC)

Doutorando em Psicologia (UFC)

E-mail: ailtonlimah12@gmail.com

James Ferreira Moura Jr.

Doutor em Psicologia (UFRGS)

*Professor da Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-brasileira*

E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br

Larissa Niemann Pellicer

Mestranda em Psicologia (UFC)

E-mail: larissaniemann95@gmail.com

Marina Passos Pereira Campos

Doutoranda em Psicologia (Università degli Studi di Napoli Federico

II em regime de cotutela com a Universidade Federal do Ceará)

E-mail: maripassos14@gmail.com



Resumo

O presente artigo pretende analisar as estratégias de resistência de praticantes da religião Umbanda perante a intersecção entre os marcadores de pobreza e raça. Baseia-se em um estudo de abordagem qualitativa que utilizou as metodologias de observação-participante e das entrevistas semiestruturadas com adultos que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento. Os resultados foram analisados utilizando a metodologia da Análise do Discurso e revelaram diferentes formas de autorreconhecimento racial e sua relação com a religião, bem como percepções sobre a pobreza. Além disso, emergiram representações acerca da pobreza permeadas por perspectivas religiosas, assim, evidenciando-se práticas individuais e coletivas como forma de enfrentamento aos dispositivos de opressão inscritos no cotidiano de umbandistas da cidade de Acarape-Ceará, Brasil.

Palavras-chaves: Interseccionalidade; Raça; Pobreza; Umbanda.

Abstract

This article aims to analyze the resistance strategies of practitioners of the Umbanda afro-brazilian religion in the face of the intersection between the markers of poverty and race. It is based on a qualitative study that used the methodologies of participant observation and

semi-structured interviews with adults who agreed to take part in the research. The results were analyzed using the Discourse Analysis methodology and revealed different forms of racial self-recognition and their relationship with religion, as well as perceptions of poverty. In addition, representations about poverty permeated by religious perspectives emerged, thus highlighting individual and collective practices as a way of confronting the devices of oppression inscribed in the daily lives of *umbandistas* in the city of Acarape, countryside of the northeast state of Ceará in Brazil.

Keywords: Intersectionality; Race; Poverty; Umbanda.

1. INTRODUÇÃO

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta analítica, bem como uma práxis político-crítica em torno das relações de poder que envolvem as categorias de raça, classe e gênero. Estas operam de maneira unificada e não de maneira hierárquica (Collins, 2020), nesse sentido, seus impactos não podem ser compreendidos separadamente.

Para melhor definir a interseccionalidade, a pensadora negra Kimberlé Crenshaw (2004) utiliza uma analogia que

compara o conceito a diversas avenidas [eixos de opressão], que em determinados lugares se cruzam. Ou seja, o entrecruzamento de opressões de diferentes fluxos confluem simultaneamente, intensificando a vivência da desigualdade e do sofrimento de determinados sujeitos e grupos. Assim, a interseccionalidade busca compreender a institucionalização das relações de poder que se agenciam a partir da intersecção de marcadores identitários como raça, classe, gênero, e dentre outros marcadores e práticas mutuamente excludentes (Akotirene, 2019).

Esta ferramenta analítica tem se popularizado no contexto acadêmico na busca de entender e explicar como as desigualdades sociais, violentamente criadas, atravessam e refletem nas vidas de determinadas pessoas e grupos. Assim, podendo contribuir para o enfrentamento desses cenários através da elaboração de estratégias de reparação das injustiças sociais, bem como na expansão de políticas públicas que atuem de forma interseccional para uma efetiva defesa e afirmação dos direitos humanos.

É possível mencionar iniciativas e conquistas nessa direção, como a) as leis antirracistas, tal qual a Lei 10.639/03 que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas (Brasil, 2003), um marco significativo na luta pela igualdade racial e pela valorização da cultura negra; b) o programa de renda mínima, segundo o qual

todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social tem direito a uma renda básica familiar, com atenção especial à primeira infância, às gestantes, crianças e adolescentes (Brasil, 2023); c) as leis contra atos de intolerância e racismo religioso, como a Lei 11.635/2007 (Brasil, 2007), que instituiu o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a Lei 14.519/2023 que marca o Dia Nacional das Tradições de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, e a Lei 14.532/2023, que equipara à injúria racial quaisquer atos contra manifestações ou práticas religiosas. No entanto, estas não consideram os diferentes marcadores sociais que se interseccionam, nem asseguram que cidadãos possam expressar publicamente a sua cultura e fé, sem medo de sofrer violências de qualquer natureza.

Em um país estruturalmente racista como o Brasil, são diversos os contextos os quais poderíamos analisar segundo a ótica da interseccionalidade. Neste artigo nos concentramos na hegemonia religiosa católica-cristã, a qual, historicamente criminaliza e vulnerabiliza as religiões como o Candomblé e a Umbanda. Religiões de origem negra que, consequentemente, foram destinadas à situação de pobreza e vulnerabilidade social (Lima, Negreiros & Moura Jr., 2020).

Ao olharmos para a Umbanda e o seu contexto como religião afro-brasileira, utilizamos a interseccionalidade enquanto lente analítica, na tentativa de (re)construir

vivências, marcos históricos, percepções culturais, bem como evidenciando potencialidades de resistência e suas particularidades, sem cair nas armadilhas de generalizações (Cardoso, 2012). Assim, é possível identificar subordinações a partir de dois ou mais estruturas de dominação (Crenshaw, 2002). Nesse sentido, destaca-se que, paralelamente aos processos de dominação, apresentam-se os processos e estratégias de resistência elaborados por estes grupos, oprimidos pela estrutura hegemônica de poder.

Pensar atos de resistência é também pensá-los como atos situados em determinados contextos, mas que podem gerar uma consciência coletiva em prol de uma determinada questão. As resistências se constituem das experiências e lutas cotidianas por meios de processos histórico-críticos caracterizados por conflitos raciais, injustiças sociais, crises socioeconômicas, exploração e subalternização das relações de produção, bem como na hierarquização de sociedades em classes (Moraes, 2020) que incidem nos processos de consciência coletiva e autodefesa, assim, resultando em resistências.

Desse modo, entendendo as religiões afro-brasileiras, em especial a Umbanda, enquanto prática de resistência, esse estudo discute as proposições que se encontram permeadas nas entrelinhas das tramas diárias de contextos interiorizados e dotados de ritualísticas em um terreiro de Umbanda em Acarape, Ceará. Como apontam Lima,

Negreiros e Moura Jr. (2020, p. 39) a Umbanda é entendida “[...] enquanto uma religião dotada de práticas decoloniais, que mesmo frente ao embranquecimento nos âmbitos da vida, se manteve no mercado religioso”.

Desse modo, ao alinharmos a perspectiva teórica junto à perspectiva vivencial dos povos de terreiro, buscamos descrever as estratégias de resistência de umbandistas frente à intersecção de pobreza e raça em Acarape-Ce. Assim, este estudo divide-se em três momentos: 1) apresentação de delineamento teórico conceitual em que se trabalha o conceito de interseccionalidade e suas relações com a Umbanda e os dispositivos de opressão diante de uma lente decolonial; 2) discussão das encruzilhadas metodológicas de caráter qualitativo que, por meio de entrevistas semiestruturadas e do software Iramuteq, construiu-se os sentidos deste estudo; e por fim, 3) expansão dos resultados e discussões gerados a partir dos relatos de praticantes umbandistas, nos quais buscou-se identificar, por meio de recursos como a *Nuvem de palavras* e *Análise de Similitude*, os seus movimentos e atos de resistência.

2. NOTAS SOBRE INTERSECCIONALIDADE

A conceitualização da interseccionalidade é uma tarefa complexa pois seu entendimento está para além de uma ordem linguística, metodológica ou teórica. Ela se configura

tanto como um conceito quanto como uma prática, em que ambas não podem operar separadamente, pois isso poderia provocar o esvaziamento do seu próprio sentido. É importante contextualizar que esse conceito-prática foi forjado por movimentos de lutas e resistências de mulheres negras (Akotirene, 2019) e, portanto, está desde a origem completamente conectado à realidade social.

Segundo Collins (2020, p. 14-15):

Embora todas as pessoas que utilizam as estruturas interseccionais pareçam estar sob um grande guarda-chuva, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais.

A multiplicidade de possibilidades analíticas que um olhar e uma prática interseccional nos oferece nasce a partir da compreensão que existe uma interação das inúmeras desigualdades de distribuição de poder relacionadas às categorias de raça, classe e gênero. A soma dessas desigualdades produz experiências de subjetivação múltiplas (Pocahy, 2011) que marcam os corpos dos sujeitos envolvidos nessa equação.

Advindo do pensamento e movimento feminista negro americano, as primeiras aspirações de noções interseccionais advém do manifesto “Combahee River Collective”

(1977). Em 1989, o termo interseccionalidade passa a ser designado enquanto conceitualização em torno da “*interseção de marcadores sociais, ampliando o enfoque para além das opressões sexuais e tornando nítidas as desigualdades advindas do racismo, da cultura heterossexual e da estratificação da sociedade em classes*” (Moura Jr et al., 2020, p. 214; Pocahy, 2011). A responsável pelo feito foi a teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw.

Sendo a interseccionalidade um dispositivo de compreensão e intervenção de agenciamentos discursivos perpassados por marcadores identitários da diferença, destaca-se que estes resultam em materialidades que, consequentemente, regulam formas socioculturais de subjetividades (Pocahy, 2011). Destacando os sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam e/ou estruturam a formação de identidades com base no gênero, raça e classe, citamos a abordagem sistêmica/estrutural (Henning, 2015). Esta concebe relações e estruturas de dominação como inseparáveis da interseccionalidade, resultando em processos de impedimento e/ou debilitação no que diz respeito às tentativas de resistência.

Além de afetar a formação de identidades, estabelece-se uma imposição de poder e propriedade de alguns em detrimento de outros, forjando uma carência de agência aos subordinados. No entanto, as relações de dominação

só se constituem porque existem práticas de resistência e rebeldia se opondo ao exercício do poder e ao mesmo tempo incitam seu exercício (Heckert, 2014). Ou seja, o exercício do poder instiga à ação.

Outra compreensão do que diz respeito à interseccionalidade, é a abordagem construcionista, em que distingue diferenças de desigualdades (Henning, 2015). Nesse sentido, as categorias de raça, gênero e classe são entendidas como relacionadas umas com as outras, e não de forma isolada. Ao considerar os efeitos das relações de poder, destaca-se, enquanto consequência, os agenciamentos e práticas de resistência interseccionais. Ou seja, temos papéis de protagonismo na medida que nos tornamos autores e coautores de nossas vidas (Prins, 2006).

Desse modo, a interseccionalidade permite a coexistência de diversas abordagens, que variam conforme sua função e, consequentemente, suas formas de conceber diferença e poder (Piscitelli, 2008). Tais abordagens se diferenciam quanto às possibilidades de agência concedidas aos sujeitos, agir este, mediado pela cultura e pela sociedade. Segundo Moura et al. (2020, p. 214): *“a(s) interseccionalidade(s) [...] vincula(m)-se à compreensão dinâmica da estruturação social, discutindo e buscando explicar a constituição das identidades a partir da inter-relação entre normas, valores, discursos e ideologias”*. Assim, é a busca pelo estímulo e complexidade do

pensamento em torno da(s) interseccionalidade(s) que se evita cair em essencialismos (Akotirene, 2019).

Através das ferramentas de análise oferecidas pelas perspectiva interseccional é possível desenvolver uma criticidade política, ou seja, um posicionamento crítico que nos permite compreender como as identidades marginalizadas são impactadas por estigmas e subordinações de gênero, classe e raça (Akotirene, 2019). A pensadora e militante afro-brasileira Carla Akotirene põe ênfase no fato de as opressões que estruturam essas subordinações terem sua matriz na perspectiva colonial moderna e sua lógica capitalística-neoliberal. Ou seja, são estruturas sociais de opressão históricas que se atualizam. Porém, apesar da rigidez das estruturas históricas de opressão, esse entrelaçamento de categorias *“podem resultar tanto em experiências de desigualdades sociais, quanto em oportunidades que representam muito mais que a simples soma de suas partes”* (Henning, 2015, p. 116), mas sim de resistências.

Dito isto, a interseccionalidade nos permite ter uma maior dimensão da constituição das identidades e suas complexidades, bem como, identificar desigualdades sociais existentes e as possíveis formas de resistência criadas a partir da agência coletiva, ação potencialmente insubordinada. Desse modo, a(s) interseccionalidade(s) nos instrumentalizam teórica e metodologicamente a enxergar

a matriz colonial moderna (racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado) contra os grupos tratados como oprimidos (Akotirene, 2019), bem como nos afasta do “[...] *reducionismo de um princípio unificador comum, sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão*” (Rodrigues, 2013, p. 06).

Ao compreender as desvantagens produzidas, bem como, as estratégias de enfrentamento às formas de opressão, destacamos que sua intersecção/confluência, potencializa os efeitos de todos os dispositivos de opressão, determinando posições e funções sociais dentro do sistema. Ao compreender as armadilhas coloniais, a interseccionalidade pode proporcionar ferramentas de agências para “desfazer”, “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades (Henning, 2015), é o ato de resistir. Afinal, atesta-se que sem a perspectiva interseccional teríamos uma maior dificuldade de compreender os processos de dominação, bem como os processos de resistência configurados em combate aos sistemas de dominação e desigualdades (Cardoso, 2012).

As práticas de resistência emergem de ações e atos individuais e coletivos, gerando uma tomada de consciência em torno das questões que se impõem. Ao compreender a interseccionalidade enquanto conceito-prática, é possível estabelecer uma democratização das relações sociais, assim havendo o enfrentamento das discriminações de forma

mais eficiente, como também, passa-se a elaborar e efetivar políticas públicas inclusivas coerentes com as necessidades, a considerar as opressões resultantes do entrecruzamento das inúmeras desigualdades de poder relacionadas às categorias de raça, classe e gênero (Cardoso, 2012).

Com isso, destaca-se que recorrer a interseccionalidade enquanto categoria analítica, possibilita elaborar ferramentas que capturam e levam ao entendimento do estruturalismo das múltiplas diferenças e desigualdades, a considerar que esta se dá em virtude da interação entre duas ou mais formas de subordinação, tendo como ênfase o patriarcado, colonialismo e o capitalismo (Akotirene, 2019). Nesse sentido, as discussões deste escrito estarão em torno dos dispositivos de opressão de raça e classe que praticantes umbandistas vivenciam em uma cidade interiorizada do estado do Ceará.

3. INTERSECÇÕES NA UMBANDA: ÓTICA DECOLONIAL E DISPOSITIVOS DE OPRESSÃO

Buscando a contextualização dos marcadores circundantes da problemática em estudo, explicita-se as relações entre os processos de implicações psicossociais de pobreza e raça vivenciados por umbandistas a partir de suas experiências de vida. Identificar a variável de raça na configuração de classe social e vice versa, é compreender discursos

preconceituosos e discriminatórios que desqualificam o corpo negro pobre no Brasil (Madeira & Gomes, 2018). Desse modo, compreender as problemáticas estruturantes estabelecidas da intersecção entre a pobreza e raça com povos de terreiro revela um novo olhar para esta problemática e estes sujeitos, a exemplo, as desigualdades.

Lima, Moura Jr. e Carvalho (2023) discorre que a desigualdade social no Brasil é um elemento constitutivo de sua historiografia que vem reverberando em dimensões política, econômica, social, racial, regional e cultural. Destaca-se que o período colonial e sua estrutura econômica de modelo escravocrata fomentou abismos sociais para trabalhadores(as) negros(as) e pobres. Como maior consequência das desigualdades geradas, aponta-se a pobreza afetando subjetiva e materialmente a vida das pessoas. Sublinha-se que para compreender a pobreza e os seus processos psicossociais, é necessário avaliá-la para além de uma ótica amparada na renda. Assim, torna-se necessário entender o fenômeno da pobreza de forma mais complexa, a considerar as experiências transpassadas de privações de direitos básicos (Moura Jr.; Ximenes & Sarriera, 2014). Assim, a pobreza modela contextos e constrói identidades sociais carregadas de estigmas que impossibilitam a emancipação do sujeito, tanto social, quanto economicamente (Moura Jr. & Ximenes, 2016).

Por outro lado, conceber a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional significa compreendê-la como um fenômeno contra-hegemônico, sendo possível medir a pobreza diante diferentes perspectivas teóricas voltadas para o bem estar dos indivíduos. Ou seja, deve-se mensurá-la por diferentes formas de privações (Fahel & Teles, 2018). O conceito de pobreza multidimensional surge como uma ótica crítica e sensível à realidade social, possibilitando analisar as múltiplas dimensões que acarretam na privação do sujeito na sociedade. Assim, torna-se “[...] *necessário definir um critério de corte ou ‘linha de pobreza’ para cada dimensão. Para identificar quem são os pobres em uma população, é preciso decidir como agregar diferentes atributos*” (Serra, Yalonetzky & Belik, 2017, p. 39) conforme as especificidades de cada contexto.

Nessa perspectiva, as desigualdades sociais configuram os mais diversos cenários que, para compreendê-las, é necessário relacionar o tempo histórico com as transformações e as questões sociais da contemporaneidade. Os estudos das desigualdades apontam como reflexão sobre a correlação entre as desigualdades pautadas nas segregações de pobreza com as desigualdades raciais (Lima, 2012, p. 234). Assim, o “[...] *racismo, o patriarcado, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas*” (Akotirene, 2019, p. 42) aos sujeitos atravessados por tais

dispositivos. Assim como a pobreza, a raça torna-se um nivelador de privações e oportunidades.

Na tentativa de compreender os problemas sociais em torno da Umbanda enquanto instituição religiosa de origem negra que, historicamente, tanto a Umbanda como seus praticantes foram vítimas de diversos tipos de violências, Silva e Serejo (2017, p. 232) discorrem que este não é um fenômeno recente, [...] *o que inclui relações de violência com particulares e com o Estado, estando relacionada ao modo de introdução do negro na sociedade brasileira e a marginalização e discriminação racial por ele sofridas ao longo dos tempos*". De modo que, estas violências se caracterizam no que Bourdieu (1989) denomina de violência simbólica, em alguns casos ultrapassando o plano do simbólico e se evidenciando de forma concreta. Assim, destaca-se o racismo e as implicações psicossociais associadas a este dispositivo de opressão que, conseqüentemente, desencadeia em práticas de preconceito e estigmas destinados a uma origem, a um corpo e as suas práticas culturais e religiosas.

Vivemos em uma sociedade pautada na racialidade, na criminalização e estigmatização do corpo negro e, conseqüentemente, de suas práticas culturais e religiosas. Um corpo e uma população racializada que socialmente foi condicionada ao maior contingente de situação de pobreza e vulnerabilidades (Lima, 2012). Nesse sentido, reitera-se

a importância da problemática no contexto acadêmico, questionando os privilégios de uma discursiva de uma branquitude classista, de forma a contribuir com estratégias efetivas de enfrentamento às desigualdades.

Santos (2015) aponta que não há como conceber a separação entre os problemas de classe e as questões étnico-raciais, pois estão plenamente articulados, em que influenciaram e influenciam as condições de vida, educação, lazer, trabalho e dentre outros âmbitos da vida da população negra e pobre, assim como no seu desenvolvimento psicossocial. É nesse sentido que destaca-se o processo psicossocial da pobreza e do racismo e suas intersecções dentro do(s) terreiro(s) de Umbanda.

Para que haja o entendimento do funcionamento do mercado religioso brasileiro, é essencial (re)visitar determinados períodos históricos, possibilitando a compreensão da origem da construção social, econômica, cultural e religiosa do Brasil, influenciada por questões étnicas e raciais que contribuíram para a naturalização de fenômenos como a desumanização, escravidão e servidão (Guimarães, 2009). Estabelecia-se, assim, relações de poder e delimitação do espaço de cada grupo social, regulando papéis, privilégios e, conseqüentemente, apagamentos de um grupo em detrimento de outro.

Pontua-se que historicamente as religiões afro-brasileiras foram e são alvos de perseguições, preconceitos e marginalização, como também seus praticantes, uma vez que estes são atravessados pelos sistemas de raça e classe. Ou seja, é a expressão da intolerância (Silva & Serejo, 2017) ao corpo negro, pobre e religioso, popularmente estigmatizado enquanto macumbeiro.

Bernardino-Costa (2015, p. 151) evoca discussões em que ressalta que “[...] *a interseccionalidades possui uma dimensão mais dinâmica da produção, manutenção das lutas e resistências às desigualdades e às identidades estigmatizadas e subalternizadas*”. Ou seja, as desigualdades e assimetrias sociais geradas pelo o encontro interseccional de vários marcadores sociais direcionados a determinados sujeitos também atuam como dispositivo de resistência conforme suas necessidades. Desse modo, concebe-se a resistência enquanto um processo constante e cotidiano do corpo negro, pobre, e também umbandista/macumbeiro. Assim, assinala-se que a população negra construiu diferentes formas de resistência que ultrapassam o tempo (Madeira & Gomes, 2018), (re)inventando mecanismos de resistências para a sobrevivência de seus corpos negros e pobres.

Com isso, ressalta-se a importância da articulação entre raça e classe social e a influência de suas intersecções nos diversos espaços sociais. Com isso, evidencia-se as intersecções

em torno do cruzamento identitário nos terreiros de Umbanda, na qual estes sujeitos, conforme seu acervo cultural e as violências vividas, elaboram estratégias de resistência como forma de enfrentamento às adversidades impostas.

Assim, buscou-se compreendê-las por meio das suas narrativas, considerando as estratégias cotidianas de enfrentamento frente às condições socialmente impostas que, por vezes imperceptíveis, os praticantes da Umbanda desenvolvem formas únicas de resistência para garantir sua existência coletiva.

4. MÉTODO

Destacando a dimensão interseccional e decolonial, o presente estudo apresenta-se a partir de um delineamento metodológico qualitativo. Assim, realizou-se uma aproximação respeitosa à realidade empírica (Minayo & Sanches, 1993) por meio da Pesquisa Participante (Barbier, 2002), possibilitando uma compreensão contextualizada do discurso dos umbandistas, bem como permitindo um maior envolvimento com o contexto de interesse e com os sujeitos envolvidos na pesquisa (Fals Borda & Rahman, 2013).

A considerar a metodologia de natureza participativa e dialética alinhada à perspectiva da teoria da decolonialidade, esta pesquisa possibilitou uma análise mais aprofundada das experiências cotidianas de indivíduos

pertencentes às comunidades negras, de baixa renda e praticantes da religião umbandista. Com isso, a aproximação ao campo envolveu a imersão do autor principal em giras (rituais religiosos) abertas, realizados no Centro Espirita de Umbanda Sete de Flechas, em Acarape, Ceará. Durante a pesquisa foi construído um diário de campo onde foi documentado com precisão todos os momentos, contribuindo assim para uma melhor sistematização das informações destinadas à análise.

Destaca-se também, que foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com base nas teorias decoloniais e interseccionais, assim seguindo uma abordagem de perguntas abertas (Duarte, 2004), bem como apreendendo os sentimentos, crenças e valores dos participantes, considerando as influências de seus marcadores identitários (Alves & Silva, 1992). É relevante destacar que foi adotada a técnica de debriefing (Koller, 2008). Essa abordagem envolveu a não divulgação do objetivo geral da pesquisa, com o intuito de evitar qualquer viés que pudesse afetar a disposição dos(as) entrevistados(as). As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas tanto presencialmente, como por meio da plataforma virtual Google Meet, sendo gravadas, posteriormente transcritas e submetidas a análise.

Vale ressaltar que, como critério de seleção dos participantes para a pesquisa e atendendo aos princípios

éticos, estes precisavam: serem adultos, praticantes da religião umbandista, residentes da cidade de Acarape, aceitar participar da pesquisa e assinar a TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram entrevistados(as) 4 (quatro) participantes que possuíam características distintas no que se refere a gênero, raça e sua percepção de pobreza. Destaca-se que, a fim de preservar suas identidades, foram intitulados com nomes erês (entidades de crianças na Umbanda), não estabelecendo nenhuma relação com os/as participantes.

Após a realização das entrevistas, o material coletado passou por análise utilizando o método da Análise do Discurso com o auxílio do software IRAMUTEQ (Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, versão 0.7). Essa abordagem não apenas considera a frequência (quantitativo) do texto, mas também permite análises qualitativas da lexicografia dos dados textuais (Camargo & Justo, 2013). Os recursos de análise incluíram a Nuvem de Palavras, que organiza graficamente as palavras conforme sua frequência, e a Análise de Similitude que identifica co-ocorrências entre palavras, facilitando a visualização de conexões no texto. Dessa forma, foram destacados segmentos mais representativos de cada classe para enriquecer as discussões.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corpus textual desse estudo é constituído a partir de 04 (quatro) entrevistas, sendo estas analisadas pelo software Iramuteq. Estas foram transformadas em 86 segmentos de texto (ST), com 2.626 ocorrências, 680 formas e 362 hapax (palavras que não se repetem no corpus), tendo uma média de ocorrências por texto com valor de 13,79%. Deste modo, inicia-se a exposição dos resultados a partir da *Nuvem de Palavras* (figura 1).

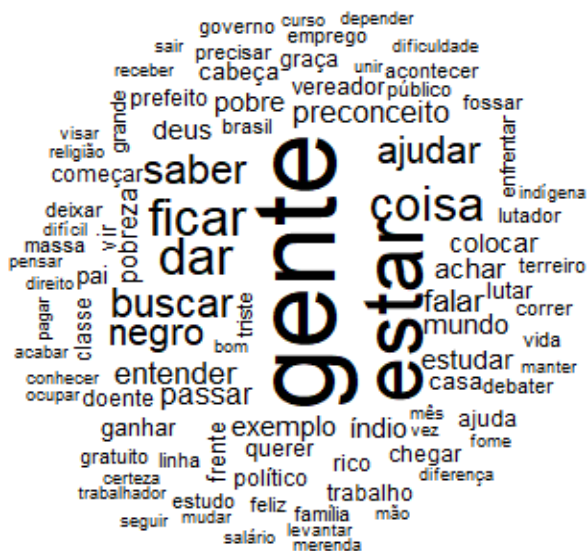


Figura 1- Nuvem de Palavras

Fonte: Próprio autor a partir do software Iramuteq

Com a visualização da *Nuvem de Palavras*, destaca-se que os principais verbetes evidenciados de maior frequência no

corpus textual foram: *gente, estar, ficar, dar, buscar, saber, ajudar, negro, falar, entender e preconceito*. Conforme o resultado, estas palavras remetem uma ideia em torno de um apoio mútuo, bem como uma ideia de enfrentamento, resultando em práticas de resistência. Nesse sentido, considerando os marcadores dos(as) interlocutores(as) desta pesquisa, que conseqüentemente se interseccionam, destaca-se suas trajetórias marcadas por situações adversas resultantes em modos de resistência.

Heckert (2014) assinala que as práticas de resistência se inscrevem nas entrelinhas do cotidiano de forma a enfrentar as violências diárias, como é o caso de ajuda e/ou resolutividade ao problema do outro. Segundo Benzaquen (2014, online), *“a resistência se traduz na afirmação da existência, que por si denuncia o que foi construído como inexistente, [...] através de processos de expropriação, repressão e/ou assimilação. A (r)existência pode acontecer através de processos de visibilização ou de invisibilização”*. Ou seja, a invisibilidade também pode ser entendida como um processo de resistência. Assim, tanto a visibilidade de resistências quanto a invisibilidade proporcionam a pluralização de ideias e ações que defendem emancipações diversas.

Conforme Benzaquen (2014) às práticas de resistência podem ser vistas por duas perspectivas: 1) pela fragmentação e particularismos dos processos; e 2), pelas ações

específicas de impacto político significativo, bem como a ampliação de possibilidades de articulações diversas entre resistências distintas. Assim, considera-se que estas fabricações implicam em mutações dos modos de existência, organização, bem como no sentido da participação política, assim, nos atraem, inquietam e afastam-nos das ordens e concepções naturalizadas (Heckert, 2014). Considera-se que as práticas de resistência vivenciadas pelos praticantes de Umbanda se materializam conforme as possibilidades fornecidas a estes sujeitos, que são recriadas em consonância das mutações dos próprios dispositivos de opressão.

Prosseguindo na análise dos resultados, outro recurso utilizado do Iramuteq foi a *Análise de Similitude*. Este permitiu gerar uma estrutura que organiza as palavras em comunidades (demarcadas por cores). Entre as comunidades existem linhas que ligam as palavras, assim estabelecendo suas relações. Ressalta-se que a espessura da linha determina o quão forte é a ligação entre as comunidades. Outro aspecto é o tamanho das palavras, o qual sinaliza o quanto as palavras são frequentes, bem como seu poder explicativo sobre suas comunidades (Figura 2).



corpus em análise

ware Iramuteq

Conforme a imagem acima, observa-se duas comunidades em centralidade, representadas pelos verbetes *gente* e *estar*. Associados a comunidade *gente* identifica-se as comunidades: *ficar, buscar, mundo, dar, passar e negro*. Ao buscar outras comunidades associadas a *estar*, encontra-se: *querer, saber e vir*. Destaca-se que somente as duas principais comunidades foram trabalhadas, em que cada uma delas possui um elemento organizador. Nesse sentido, por intermédio das principais ocorrências de segmentos textuais encontradas por meio do *software Iramuteq*, separamos alguns trechos coletados das narrativas dos(as) participantes para que possam ser analisados conforme seu contexto.

A primeira comunidade caracteriza-se pelos verbetes: *lutar, classe, precisar, achar, mudar, pegar, enfrentar, unir, difícil* e dentre outros. Estes fazem menção a práticas de resistência individual e coletiva dada a uma condição inscrita em um contexto, destacando as práticas de resistência frente ao racismo e ao classicismo por praticantes umbandistas. Estes grupos foram historicamente relegados às margens da sociedade. De acordo com bell hooks (1989), é necessário “*compreender a marginalidade como posição e lugar de resistência é crucial para as pessoas oprimidas, exploradas e colonizadas*”.

Considerando a realidade de praticantes umbandistas atravessadas por questões étnicas/raciais e classistas, destacam-se suas formas de enfrentamento diante das

condições geradas pelo o que é externo, bem como estes buscam se relacionar com tais situações na tentativa de intervir. Conforme bell hooks (1989, p. 16),

Somos transformados, individualmente, coletivamente, à medida em que produzimos um espaço criativo radical que afirma e sustenta nossa subjetividade, que nos dá um novo lugar a partir do qual podemos articular nosso senso de mundo.

Assim, as relações coletivas em terreiros de Umbanda podem fomentar um espaço de transformação. É o que sugere Tapuia ao discorrer que: *“Eu acho que a gente tinha que todo mundo se unir, tá entendendo? Se unir, porque eu acho que a união faz a força. Porque só um fazendo não tem graça, tem graça se todo mundo der as mãos”* (Entrevista em 20.01.2021).

Salienta-se que a concretização de práticas de resistência não precisam ocorrer necessariamente em grande escala; elas se constroem também na micropolítica, nas relações individuais cotidianas e entre seus pares. As resistências são linhas desobedientes que se efetuam localmente e vêm de onde menos se espera, problematizando o funcionamento e os princípios de ordenação da vida, bem como fabricando outros sentidos (Heckert, 2014). Frente às limitações diárias, estes sujeitos, além de buscarem formas de sobreviverem, também tentam articular estratégias para os seus, como aponta Carrapeta: *“Eu procuro sempre ajudar com cesta básica,*

sabe? Ajudar as pessoas, entendeu? Amenizar mais essa fome, pelo menos nessa pandemia que tá acontecendo, tem muita gente passando fome sabe?” (Entrevista em 29.01.2021).

Entende-se que esse processo também tem um caráter dialético, afinal, do mesmo modo que as pessoas buscam proporcionar algum tipo de ajuda e/ou assistência, elas também recorrem ao outro quando necessário. Chiquinho relata como ele fez diante de situações de caráter mais emergencial: *“Eu enfrentei buscando ajuda, buscando ajuda de amigos, de pessoas que poderiam me ajudar, me dar a mão e tudo. Um exemplo, para o emprego né, que buscando pessoas que pudesse me ajudar para trabalhar”*. Tapuia também discorre sobre intervenções realizadas quando identificado por ela pessoas que estavam vivenciando situações difíceis atreladas a sua existência:

“Eu ajudo ela porque a coisa, eu sei que é ruim você ficar na porta de casa olha para o lado, olha para o outro e sabe que não vai vir, que não vai ter, tá entendendo? [...] a minha vontade de ter mais é pra mim ajudar as pessoas que não tem, tá entendendo? Eu fico doente quando eu não posso ajudar” (Tapuia, Entrevista em 20.01.2021)

É notável que se gera e se instaura um sentimento negativo no sujeito ao não conseguir facilitar algum tipo de solução/intervenção para alguma demanda, sendo ela urgente ou não. Em paralelo, também destaca-se que podem

haver sentimentos positivos quando logram ajuda, em que estes se geram como um estímulo para enfrentar as dificuldades existentes e compartilhadas. Nesse sentido, a resistência também estimula uma positividade, pois age em oposição e/ou reação a situações de dificuldades vividas socialmente (Heckert, 2014). Ou seja, podem ser pontapés iniciais para a elaboração de estratégias e medidas que busquem alterar o curso dos processos instituídos, sob os quais o Estado brasileiro, além dos sujeitos oprimidos, deve se responsabilizar.

Nas narrativas de nossos participantes destaca-se que estes assumem, a partir do vivido e sentido, diferentes tomadas de decisões e reações. Tapuia verbaliza uma forma encontrada para lidar com as adversidades diárias: “[...] *o que vale a pena é só a gente ir em frente, né? Colocar um sorriso no rosto e enfrentar de cabeça erguida, porque eu acho que o desespero, tristeza não vai adiantar nada*” (Entrevista em 20.01.2021). Assim, concebe-se “[...] *a linha de resistência não pode ser pensada apenas como movimento, velocidade, mobilidade, pois ela pode se expressar simultaneamente como imobilidade, lentidão, prudência*” (Heckert, 2014, p. 474). Ou seja, cada um possui um movimento único na forma de enfrentar as problemáticas cotidianas, como é o caso de Carrapeta: “*Só que eu geralmente eu bato de frente, sabe? Não sou muito de baixar a cabeça e ir pra casa não. Eu vou em cima*” (Entrevista em 29.01.2021).

Nesse sentido, também observa-se que podem haver sentimentos de satisfação consigo mesmo ou por uma superação coletiva em torno de alguma dificuldade. É o que se evidencia na narrativa de Chiquinho: “[...] *eu me sinto hoje, hoje eu me sinto um lutador, como um lutador sempre em busca [...] realmente fazer diferença na minha vida, né?*” (Entrevista em 07.01.2021). Assim, resistir também é reexistir, é agir e criar potência no que compõe o vivo (Heckert, 2014). Ou seja, resistir também consiste em buscar espaços de autonomia e protagonismo conforme as situações que desembocam em cada trajetória de violência, exclusão e opressão. Como afirma hooks (1989, p. 16), “[...] *local de resistência é continuamente formado naquela cultura segregada de oposição que é nossa resposta crítica à dominação*”.

Ressalta-se que os processos de resistência além de singulares, são plurais, afinal considera-se que o cruzamento interseccional de marcadores determina as formas de resistir e enfrentar as estruturas hegemônicas impostas a cada sujeito. Como já mencionado, as resistências atuam como uma forma de reação (individual e/ou coletiva) frente aquilo que se possa instaurar com uma normatização.

Ao destacarmos a segunda comunidade, e junto a ela, os segmentos textuais de maior frequência, destaca-se os principais verbetes: *entender, vereador, prefeito, trabalhador, correr e falar*. Estes remontam a ideia de soluções públicas e

institucionais na busca por mudança. Assim, os(as) participantes compreendem que algumas ações de agenciamento estão para além de suas estratégias individuais. Estas passam por limitações da ordem micropolítica. Sendo assim, é necessário reivindicar estratégias e dispositivos externos, como a atuação de políticas públicas, bem como os seus gestores, identificadas nesta análise.

Ao trazer a realidade de um dos participantes, este discorre sobre as dificuldades enfrentadas e menciona como faz pra superar as situações de adversidade que aparecem, principalmente frente ao período pandêmico:

“[...] esse momento que a *gente tá* vivendo, essa pandemia aí, a *coisa* fica mais difícil pra todos. O negócio *tá* difícil pra todos [...] a *gente* faz uma *coisa* aqui, uma *coisa* acolá e aí a *gente* vai sobrevivendo. E o negócio *tá* difícil principalmente hoje nesse momento (Joãozinho do Pé do Morro, Entrevista em 27.01.2021).

Essa situação individual reflete a vivências de muitas outras pessoas que passam por privações e dificuldades diárias. Joãozinho não recebe nenhum auxílio do governo, mas com a pandemia conseguiu um auxílio emergencial que pôde ajudar na sua situação, porém destaca-se o caráter temporário do mesmo. Costa (2019, p. 54) assinala que, embora “[...] as *políticas de transferência de renda adotadas por esses governos tenham reduzido significativamente a pobreza,*

esse tipo de intervenção demonstrou um poder muito limitado para transformar as estruturas de desigualdade persistentes”.

Um dos participantes discorre que um dos maiores problemas enfrentados é a pobreza e a precarização da vida, e que estes só podem ser superados a partir dos governos vigentes por meio de políticas públicas e com ênfase em determinados grupos, pois “[...] visando a classe pobre, aquela classe assalariada, aquela classe que nem ganha nem um salário por mês. Tem muitos abaixo da pobreza, abaixo da linha da pobreza” (Chiquinho, Entrevista em 07.01.2021). Ele reitera que, “[...] a pobreza, ela só amenizará mesmo quando eles [governantes] quiserem realmente fazer isso, quiserem realmente tirar... começar o estado e políticas públicas para os pobres visando os pobres” (Entrevista em 07.01.2021). Desse modo, destaca-se as relações de poder instituídas a partir dos governantes, principalmente, com os aqueles em situação de vulnerabilidade. Assim, compreender a noção de poder, nos permite compreender os processos de subjetivação do sujeito (Heckert, 2014), seja na fabricação de seus corpos e/ou realidades, bem como essas relações dialéticas configuram o funcionamento em rede com dinâmicas estratégicas. Medeiros (2019), ao analisar as políticas públicas por meio da interseccionalidade, destaca que as relações de poder instituídas estruturalmente devem ser analisadas e enxergadas a partir das relações de poder dentro e fora da macropolítica.

Voltando às percepções dos(as) interlocutores(as), estes conseguem também identificar o papel e o dever que os gestores deveriam proporcionar, elaborando políticas efetivas no enfrentamento à pobreza. Assim, ao reafirmar que os políticos possuem a responsabilidade pública e social de fomentar dispositivos que facilitem a existência de massas populacionais, Chiquinho pontua que é necessário questionar: “[...] *de deputado, quem são eles? Se já estavam, fizeram alguma coisa para a gente, para com a classe trabalhadora, para com a massa?*” (Entrevista em 07.01.2021). Carrapeta reitera a necessidade da implantação de políticas públicas e o cumprimento dos governantes enquanto gestores públicos: “[...] *feito outras coisas, trabalhos sociais, né? trabalhos sociais voltado para o povo mais pobre, mais vulnerável. Políticas públicas, as políticas públicas teriam que ser tomadas*” (Entrevista em 29.01.2021).

Caracterizada por ser uma elite, a classe política determina os rumos das grandes massas, entendidas enquanto minorias no que diz respeito à efetivação de direitos. Assim, as elites políticas tendem a burocratizar e delinear diferentes estilos de implementação a partir de interações, negociações e conflitos (Sandim & Assis, 2019). O que era pra ser algo de interesse coletivo se sobressai aos interesses individuais dos gestores políticos. Desse modo, para compreender as dinâmicas de poder é necessário reconhecer, dialeticamente, que elas estão conectadas às múltiplas formas de resistência contra o exercício desse poder.

Nesse sentido, considerar as vivências interseccionais dos(as) praticantes de Umbanda, entendendo que estes já elaboraram estratégias individuais de resistência como resposta às formas de poder dominante e estruturante, implica em reconhecer suas limitações e, portanto, compreender que outros agentes, como o poder público, deve fornecer recursos e mecanismos (implementação de políticas públicas) para esses enfrentamentos.

Com isso, ao considerar os sujeitos e o objetivo desta pesquisa, pontua-se que a permanência das práticas religiosas afro-brasileiras incitam o exercício do uso do poder hegemônico que tende a criminalizá-la e estigmatizá-la enquanto macumba, prática que viola a religião dominante. Estas violências são constantemente atualizadas em prol da manutenção dos dispositivos de opressão. Sendo uma religião de origem negra, a Umbanda e outros segmentos afro-brasileiros enfrentam os reflexos das práticas de discriminação, os quais se intensificam de acordo com os marcadores sociais e identitários de cada sujeito, resultando na sua marginalização e vulnerabilidade. Como pontuam Lima, Negreiros e Moura Jr (2020) a Umbanda encarnou “[...] os processos de resistências, historicamente marcados pelo controle e punição, [...] atravessados por meio de estratégias de aquilombamento, presentes e expressos na religião, na arte, na música, dentre outros”, assim resistindo as intervenções de dominação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas, destaca-se que o objetivo do estudo aqui descrito foi alcançado, assim destacando as múltiplas formas de resistência frente às imposições sociais vivenciadas por praticantes umbandistas negros(as) e em situação de pobreza. Suas práticas de resistência se inscrevem nas entrelinhas do cotidiano, como por exemplo, nas práticas de solidariedade. Desse modo, identificou-se que as práticas de resistência pelos praticantes umbandistas se concretizam de duas formas.

A primeira, corresponde às práticas de resistência individual e coletiva frente ao racismo e ao classicismo, em que as relações coletivas no terreiro fomentam espaços de acolhimento, onde não precisa ocorrer, necessariamente, em grande escala, pois ela constitui-se em relações individuais. Associado a isto, percebeu-se que sentimentos são gerados, sejam eles negativos ou não, fomentando formas de agenciamentos de oposição e/ou reação a situações de dificuldades que, conseqüentemente, conduzem os sujeitos a diferentes tomadas de decisões e reações.

A segunda categoria de práticas de resistência está associada ao campo simbólico. Os/as participantes reconhecem que certas ações de resistência ultrapassam suas estratégias individuais, levando-os a recorrer a estratégias e dispositivos externos, como a participação em políticas

públicas e o envolvimento com gestores. Assim, destaca-se, por meio dos/as interlocutores/as, a perspectiva de superar a pobreza e a precarização da vida mediante a atuação efetiva dos governos atuais, cumprindo seu papel e instituindo políticas públicas adequadas.

Por fim, destaca-se que em toda rede de poder há pontos de resistência, desde a manifestação de suas práticas religiosas até a luta por direitos básicos para o viver. Assim, destaca-se a importância da leitura interseccional para se compreender os desafios e as estratégias de resistência de grupos minorizados de forma a pensar políticas públicas efetivas de reparação das injustiças sociais e afirmação das experiências contra-hegemônicas e contra- coloniais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. “Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta”. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 2, 61–69, fev/jul. 1992.

BARBIER, Rene. **A pesquisa-ação** (3ª ed.). Brasília: Editora Plano, 2002.

BENZAQUEN, Júlia Figueredo. “Reflexões a respeito da ideia de (r) existências do Sul”. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 20, n.2. 2014.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. “Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil”. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, set/dez., 2015.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand. 1989.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003** [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei 11.635, de 27 de dezembro de 2007** [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei 14.519, de 5 de janeiro de 2023** [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14519.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023** [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. SOUZA, Rane (Trad.). **Interseccionalidade**, São Paulo: Boitempo, 2020.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. “IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais”. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518. 2013.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero”. **Estudos Feministas**, v. 10, n.1, 171-188, janeiro de 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. [online]. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/372740/Kimberle-Crenshaw.A-interseccionalidade..de-raza-y-geCC80nero.pdf>. Acesso em 17 mar. 2024.

COSTA, Sergio. “Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil”. In: PIRES, Roberto Rocha (Org). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 53-77.

DUARTE, Rosália. “Entrevistas em pesquisas qualitativas”. **Educar**, Curitiba, v. 24, 213-225, 2004.

FAHEL, Murilo; TELES, Leticia Ribeiro. “Medindo a pobreza multidimensional do estado de Minas Gerais, Brasil: olhando para além da renda”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 386-416, 2018.

FALS-BORDA, O., & RAHMAN, M. “Romper el monopolio del conocimiento. Situación actual y perspectivas de la Investigación-Acción Participativa en el mundo”. In: HERRERA, Nicolás. & LÓPEZ, Lorena

(Orgs.). **Ciencia, Compromiso y Cambio Social**: Antología de Orlando Fals Borda. Argentina: Editorial El Colectivo, 2013. 253-264.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. Editora 34, 2009.

HECKERT, Ana Lucia Coelho. “Os exercícios de resistência no contemporâneo: entre fabulações e contágios”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, 469–479, 2014.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista De Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, 97–128, 2015.

HOOKS, bell. “Choosing the margin as a space of radical openness”. **Framework: The Journal of Cinema and Media**, n. 36, 15–23, 1989.

KOLLER, Silvia Helena. “Ethics in research with human beings: some issues about Psychology”. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 399–406, 2008.

LIMA, Antonio Ailton de Sousa; MOURA JR., James Ferreira; Carvalho, Taynara. **A (des)construção racial e religiosa do umbandista**: um estudo em cidade do Ceará. Em Tese, Santa Catarina, v. 20, n. 01, p. 1-15, Set/Dez. 2023.

LIMA, Antonio Ailton de Sousa, NEGREIROS, Daniele Jesus; MOURA JR. James Ferreira. “A umbanda enquanto resistência e prática decolonial no Brasil.” In: ROCHA, Paulo Henrique Borges, MAGALHÃES, José Luiz Quadros & OLIVEIRA, Patrícia Pereira (Org.). **Decolonialidade a partir do Brasil**. Editora Dialética, 2020.

LIMA, Márcia. “Raça e pobreza em contextos metropolitanos”. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 24, n. 2, 233-254, 2012.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. “Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil

contemporâneo”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 133, 463-479, 2018.

MEDEIROS, Rogerio de Souza. “Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos”. In: PIRES, Roberto Rocha (Org). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 125-138.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. “Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?”. **Cadernos De Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 237-248, 1993.

MORAES, Eunice Léa. “Interseccionalidade: um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe”. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 261-276, 2020.

MOURA JR, James Ferreira; XIMENES, Veronica Moraes. “A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora”. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 28, 76-83, 2016.

MOURA JR, James Ferreira; XIMENES, Veronica Moraes; SARRIERA, Jorge Castella. “A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo”. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 16, n. 2, 85-93, 2014.

MOURA JR., James Ferreira; BARBOSA, Vilkiane Natércia Malherme; LIMA, Antonio Ailton de Sousa; VASCONCELOS, Francileuda Farrapo Portela; RAMOS, Tassia Oliveira. “Interseccionalidade como estratégia metodológica: articulações entre gênero, raça e pobreza”. In: BARROS, João Paulo; ANTUNES, Deborah Cristina & MELLO, Ricardo Pimentel. (Org.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. 211-229.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

POCAHY Fernando Altair. “Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista.”. **TEXTURA - Revista de Educação e Letras**, v. 13, n. 23, 18-30, 2011.

PRINS, Baukje. “Narrative accounts of origins: A Blind Spot in the Intersectional Approach?”. **European Journal of Women's Studies**, v.13, n. 3, 277-290, 2006.

RODRIGUES, Cristiano. “Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil”. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 1-12, 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de status social”. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015.

SANDIM, Tatiana Lemos; ASSIS, Marcos Arcanjo de. “O arranjo institucional de implementação do PAIF e seus potenciais efeitos no cotidiano de operação do serviço: introduzindo questões para o debate”. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 201-221.

SERRA, Adriana Stankiewicz; YALONETZKY, Gaston Isaias; BELIK, Walter. **Pobreza multidimensional no Brasil**, 2000/2010. [on line] Disponível: https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_1/i6-553d7f9b-d37b937f7a42d929dfd72a57.pdf. Acesso em 15 de Mar. de 2025.

SILVA, Artenira da Silva e; SEREJO, Jorge Alberto Mendes. “A Intolerância Religiosa Contra as Religiões Afro-Brasileiras e os Impactos Jurídicos do caso ‘Edir Macedo’”. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 230-254. 2017.